

Experiência parlamentar e trajetórias dos deputados federais eleitos por PSDB e PT em 1994 e 2002: quebrando mitos

Guilherme Leite Ribeiro¹

Maria Celina Soares D'Araujo²

Resumo

Analisa-se as bancadas eleitas pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1994 e 2002 a partir de critérios sociais, políticos e econômicos. Na pesquisa, confirmam-se teses correntes de que os parlamentares petistas possuíam vínculos mais próximos a movimentos sindicais, eram menos educados e tinham ocupações mais variadas. Por outro lado, ao contrário do que usualmente se supõe, revela-se que grande parte dos deputados federais do PT, eleitos nesses dois anos, trazia em seu histórico maior experiência no Legislativo, contrariando a concepção de *outsider* do sistema político. Com isso, contradiz-se a tese de que o PT seria um *outsider* do sistema político. Comparando a bancada dessas agremiações nas duas eleições estudadas, e supondo que *experiência* faz diferença, defende-se a hipótese de que em 1994 essa *expertise* foi fundamental para o papel do PT como oposição ao governo Fernando Henrique, e em 2003 como sustentação do governo Lula da Silva.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores. Partido da Social Democracia Brasileira. Experiência parlamentar. Composição social dos partidos.

1 Atualmente cursa doutorado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Publicou o livro "Radicalização e crise: o protagonismo das frentes parlamentares no Governo João Goulart (1961-1964)" (Appris, 2017). É bolsista nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). E-mail: guilhermeribeirohist@gmail.com

2 Doutora em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Professora do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Entre outras obras, publicou "A elite dirigente do governo Lula" (FGV, 2009). Tem vários livros e artigos sobre partidos políticos, Era Vargas, ditadura militar, Forças Armadas e elites dirigentes. E-mail: mariacelina@daraujo.net



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

Introdução

Quando Fernando Henrique Cardoso foi eleito em 1994, encontrou o Partido dos Trabalhadores (PT) como principal bancada de oposição, formada por quadros experientes na política local e com alta militância de partido aparentemente antissistema. Estes parlamentares petistas foram as vozes mais retumbantes contra a maioria das medidas do governo e contribuíram para imprimir-lhe marca negativa que perdurou por décadas, tornando a sigla “FHC” um fardo para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e para seus candidatos à Presidência da República: José Serra em 2002 e 2010, Geraldo Alckmin em 2006 e 2018, e Aécio Neves em 2014.

A bancada parlamentar do PSDB, eleita em 1994, por sua vez, expressava o que Duverger (1970) chamou de “partido de quadros” e contava com muita habilidade para fazer alianças congressuais. Quando o PT chegou à Presidência da República, em 2003, sua bancada havia praticamente dobrado, estava marcada por forte experiência e motivação política para inaugurar uma “nova era”. O PSDB, com menos deputados, primou, de início, por não fazer oposição às propostas do novo governo. Continuou como partido parlamentar sem defender seu passado e sem fazer oposição sistêmica. Ou seja, em 2003, Lula da Silva contou com condições mais favoráveis para governar e isso se deve em grande parte à oposição anódina feita pelo PSDB, e à aguerrida bancada petista, ainda mais experiente.

PT e PSDB polarizaram a disputa presidencial entre 1994 e 2014. Embora nenhum deles ocupe o primeiro lugar em número de filiados,³ ambos apresentam estrutura organizacional que cobre a maior parte do território brasileiro, com legisladores e cargos executivos em todos os níveis da federação e presença em quase todos os municípios.

Este trabalho investiga o perfil dos deputados federais eleitos em 1994 e em 2002 pelos dois partidos. O objetivo é analisar as principais características desses parlamentares nas eleições em que PSDB e PT chegaram à Presidência pela primeira vez. As questões que irão nortear o artigo, baseadas

3 Segundo levantamento no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o PMDB ocupa a primeira colocação, seguido por PT, e PSDB. Para mais informações, <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/filiados>.

em ideias correntes da bibliografia especializada, são as seguintes: 1) O PT representaria uma “novidade” do sistema partidário (MENEGUELLO, 1989; KECK, 2010), oferecendo maior visibilidade eleitoral para mulheres, operários e sindicalistas; 2) O PSDB, devido à sua origem parlamentar (ROMA, 2002; VIEIRA, 2012), seria integrado por deputados federais mais experientes, com maior renda e educação; 3) Os perfis dos parlamentares sufragados pelas legendas teriam mudado com o sucesso eleitoral dos partidos. Testaremos empiricamente essas questões, analisando os perfis dos deputados federais eleitos nos dois anos em que seus partidos foram, pela primeira vez, bem-sucedidos na campanha presidencial.

Assim, ao longo do trabalho, vamos analisar quatro conjuntos de parlamentares: (1) deputados peessedebistas eleitos quando seu partido ganhou a Presidência da República – 1994; (2) deputados petistas eleitos nessa data quando seu partido foi derrotado – 1994; (3) deputados peessedebistas eleitos quando o PSDB saiu do governo e foi para a oposição – 2002; (4) deputados petistas eleitos quando o PT se tornou governo – 2002. É mister enfatizar que estamos nos referindo aos parlamentares que foram eleitos, e não aos empossados no ano seguinte ao do sufrágio.

A Câmara dos Deputados foi escolhida como *locus* de investigação por dois motivos: é estratégica para delimitar as cotas dos fundos partidário e eleitoral e define a maior parte do tempo de televisão a que o partido tem direito no horário eleitoral gratuito. Ademais, é local privilegiado de produção de políticas públicas.

O trabalho divide-se em duas partes: na primeira parte, e mais breve, há um esforço de síntese para traçar as principais teses acerca das características dos dois partidos. Procuramos sintetizar as visões da literatura quanto às origens organizacionais das duas legendas, o perfil, e as bases sociais e políticas de seus quadros. Na segunda, faz-se uma análise exploratória dos deputados federais petistas e peessedebistas nos anos de 1994 e 2002. Para tal, elegemos sete variáveis: gênero, estados de origem, ocupação, formação acadêmica, passado sindical, experiências no Legislativo, experiência no Executivo.

Os dados foram compilados fundamentalmente a partir do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de

História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), que apresenta os verbetes de todos os nomes pesquisados, e da seção “Conheça os Deputados”, do site oficial da Câmara dos Deputados, com grande parte das informações sobre as variáveis que selecionamos).⁴

Os dados coletados são incompletos para traçar um perfil mais acurado dos parlamentares, mas permitem pensar comparativamente os dois grupos de eleitos pelos dois partidos. A análise das biografias coletivas possibilitará a verificação empírica de teses correntes na literatura sobre as duas legendas, por exemplo, a associação do PT com a noção de políticos *outsiders*, enraizados em movimentos sociais sindicais, e a do PSDB com o conceito de partido de quadros experientes ligados a elites políticas e econômicas.

Origens e estruturas do PSDB e do PT

A literatura sobre o PSDB e o PT é assimétrica: enquanto temos uma vasta bibliografia, desde o final da década de 1980, sobre o PT, os trabalhos sobre o PSDB são exíguos e recentes. Esse desequilíbrio pode ser explicado pelo mito de origem dos dois partidos. O PT teria surgido como um instigante *outsider* ao sistema político, e o PSDB como partido parlamentar que não representava grande novidade. O PT teria vindo ungido pelo movimento sindical, especialmente o de São Paulo, por movimentos populares e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica. Segundo Leôncio Martins Rodrigues (2014, p. 25), essa característica se adequaria às preferências políticas e ao “[...] perfil ideológico dos cientistas sociais, normalmente da intelectualidade de esquerda simpática ao PT”, mais atraídos a pesquisar o petismo.

De fato, as origens dos partidos e sua estrutura organizacional não podem ser vistas como algo menor dentro da lógica do sistema partidário (PANEBIANCO, 2005). Desde o início, o PSDB apresentou uma estrutura de decisão descentralizada, com autonomia de líderes e pouca participação de filiados, enquanto o PT apresentava uma estrutura hierárquica com ampla participação de filiados (ROMA, 2006).

4 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>.

Fundado em 1988 por dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o PSDB nasce como “partido de quadros”, nos dizeres de Duverger (1970). O novo partido teria buscado a criação de um nicho de centro-esquerda em meio aos trabalhos da Constituinte dominados por um Centrão conservador. Isso, contudo, não impediu que, para governar anos mais tarde, se aliasse ao PFL (ROMA, 2002, p. 71). Tanto Celso Roma (2002) quanto Soraia Marcelino Vieira (2012) trabalham com a tese questionável de que pragmatismo seria incompatível com posição ideológica, e fazem desse fator o parâmetro para entender o PSDB.

Do ponto de vista organizacional, o PSDB é lembrado por essa bibliografia como um partido sem grande participação de movimentos sociais. Internamente, há poucas instâncias de veto e são raríssimas as oportunidades de intervenção dos militantes partidários, uma vez que os encontros políticos somente acontecem perto das eleições (ROMA, 2002). Além disso, haveria falta de comunicação entre os diretórios do partido, o que facilitaria a centralização decisória na mão de poucos líderes (ROMA, 2006).

O PT, por sua vez, ainda suscita discussões sobre suas origens. Margaret Keck (2010) e Rachel Meneguello (1989) foram as primeiras cientistas políticas a estudá-lo, ainda na década de 1980. Ambas, embora com metodologias diferentes, trabalharam com a ideia de “novidade” para explicar a fundação do partido.

O título do livro de Keck, originalmente publicado em 1991, já indica a tônica de sua obra: *PT, A lógica da diferença*. Para a autora, seu trabalho é o estudo de uma “anomalia”; afinal, diferentemente de outros partidos, o PT tinha uma base sólida no operariado e em movimentos sociais (KECK, 2010, p. 14). Da mesma forma, Meneguello (1989, p. 15) começa sua obra anunciando que estudará uma “novidade” no sistema político brasileiro, entendida a partir da “ruptura com os padrões de organização partidária conhecidos no país”. Diferentemente do PSDB, sua origem estaria na sociedade e teria explícita marca classista. O cientista político Fábio Wanderley Reis (2010, p. 67) agrega a estas características a “militância aguerrida” com forte disciplina partidária, e o elemento populista associado à liderança de um líder carismático, Lula da Silva, principal figura do PT.

A designação de partido incomum seria contestada, em parte, por Leôncio Martins Rodrigues (2009). O autor apresenta o partido como representante de “um setor das classes médias” (RODRIGUES, 2009, p. 4), pelo fato de suas principais lideranças não serem oriundas do operariado, mas de setores organizados na estrutura sindical oficial e mais ligados ao estado. Ademais, o autor lembra o grande apoio de parte da Igreja Católica e os incentivos da alta intelectualidade, especialmente professores.

Para ratificar seu argumento, Rodrigues analisa os eleitos em 1986 e a Executiva Nacional eleita pelo partido em 1988, concluindo tratar-se de:

[...] partido de classe média assalariada, notadamente de profissionais liberais e outras profissões intelectuais, sendo minoritária tanto a proporção de trabalhadores manuais como a de membros das classes altas, e praticamente inexistente a de proprietários (pequenos, médios ou grandes). (RODRIGUES, 2009, p. 21).

O PT, *grosso modo*, segundo a maior parte das versões, nasceu como *outsider* do jogo político estabelecido, entrou em um processo de “normalização” nos anos 1990 e se tornou, nos anos seguintes, o principal polo da política brasileira.

PT e PSDB nas eleições legislativas para a Câmara dos Deputados: 1994 e 2002

No Legislativo, chama atenção a discrepância dos votos dados a um candidato de um determinado partido à Presidência e o número de votos recebidos, ao todo, pela mesma legenda na eleição. Um exemplo disso aconteceu em 2002, quando José Serra (PSDB) e Lula (PT) foram os candidatos mais votados no primeiro turno, recebendo quase 70% dos votos para presidente,⁵ e os dois partidos, juntos, alcançaram 17,7% da votação para a Câmara (MELO, 2015, p. 107). Devido à alta fragmentação partidária, fica evidente que, apesar dos repetidos sucessos na arena presidencial, PT e PSDB não expandiram substancialmente suas bancadas no Congresso (MELO, 2015).

5 Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002>.

Na próxima Tabela, vemos como o número de peessedebistas e petistas na Câmara aumentou significativamente em 2002 se comparado a 1994.

Tabela 1 – Evolução do número de deputados federais eleitos por PT e PSDB, 1994-2002

PSDB			PT			TOTAL		
1994	2002	Crescimento	1994	2002	Crescimento	1994	2002	Crescimento
62	71	14,5%	49	91	85,7%	111	162	46%

Fonte: Dados extraídos do Tribunal Superior Eleitoral.

É claro que a Tabela 1 não é suficiente para afirmar se houve um crescimento linear das bancadas, uma vez que seria necessário olhar para os outros partidos e para o próprio PT e PSDB em 1998 – ano em que também houve eleições para deputado federal. No entanto, os dados mostram que o PT quase dobrou sua bancada de 1994 (49) para 2002 (91).

O crescimento eleitoral dos dois partidos vem acompanhado de alguma mudança substantiva em termos do perfil do conjunto dos eleitos, quer dentro de cada partido, quer quando se compara os dois? É isso que passaremos a analisar.

Em termos de gênero, a disparidade entre os eleitos é mais aguda no PSDB, o que reflete a recorrente realidade de exclusão da mulher na política. Em ambos os partidos, o número de mulheres sufragadas permaneceu baixo nos dois anos, com saldo mais negativo para o PSDB. Embora inexpressivo no conjunto dos eleitos, nota-se que o PT dobrou seu número de parlamentares mulheres (de sete para 14), denotando uma tendência de maior participação feminina em partidos mais localizados à esquerda e com participação social mais intensa.

Tabela 2 – Distribuição de parlamentares do PSDB e do PT por gênero

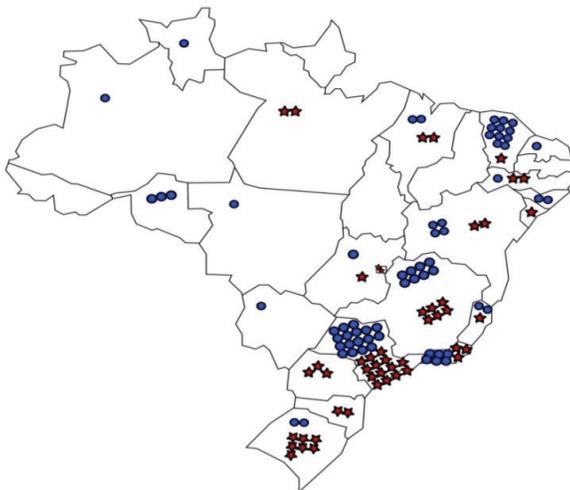
PSDB				PT											
1994		2002		1994		2002									
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres								
N	%	N	%	N	%	N	%								
57	91,9	5	8,1	65	91,5	6	8,5	42	85,7	7	14,7	77	84,6	14	15,6

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

A questão regional é outra que mereceu nossa atenção; para tanto, verificamos a abrangência dos dois partidos em território nacional no que toca ao número de parlamentares eleitos em 1994 e 2002. Nos mapas que seguem, os pontos representam o PSDB e as estrelas, o PT. Ambos se nacionalizaram, com vantagem para o PT nesse quesito.

Mapa I – Distribuição estadual dos deputados federais eleitos pelo PT e pelo PSDB em 1994

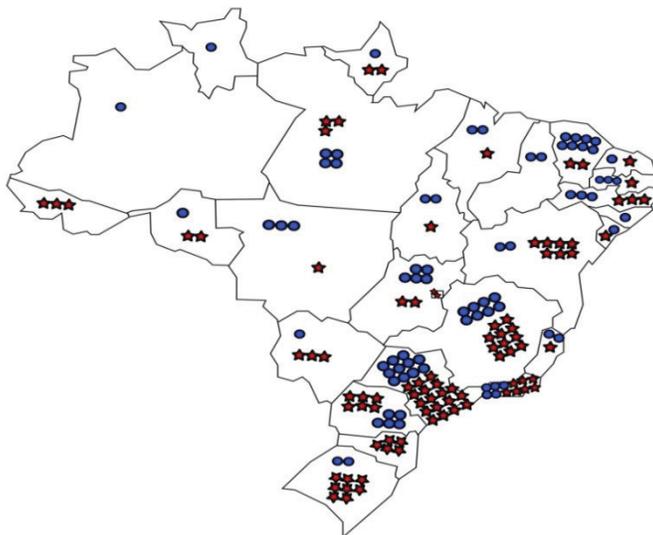
Brasil - 1994



Fonte: Elaborado pelos autores

Mapa 2 – Distribuição estadual dos deputados federais eleitos pelo PT e pelo PSDB em 2002

Brasil - 2002



Fonte: Elaborado pelos autores

A partir dos Mapas 1 a 2, chama inicialmente atenção a centralidade de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro para os dois partidos. O crescimento da bancada do PT de 49 para 91 deputados é acompanhado por uma distribuição regional ampliada da agremiação, com forte presença também nos estados do Sul. Ademais, em 1994 o PT não elegeu parlamentares em oito estados; já em 2002 isso apenas não aconteceu em dois lugares (Amazonas e Roraima). O crescimento do PT nas duas eleições foi mais expressivo por duas razões: quase dobrou o número de eleitos e, além disso, ganhou capilaridade nacional. De toda forma, em 2002, todos os estados receberam pelo menos um deputado peessedebista ou petista, consequência das próprias estratégias internas de nacionalização eleitoral dos partidos.

Em 1994, ano em que o PSDB assumiu pela primeira vez a Presidência da República, o partido estava eleitoralmente mais nacionalizado do que o PT. Desde o início, o processo de nacionalização do PSDB foi mais fácil por já contar com parlamentares de vários estados em sua fundação (MAYER, 2011). Em 1994, o PT era extremamente fraco no Norte do país, possuindo representantes apenas no Pará. Àquela altura, São Paulo era o estado mais bem representado pelas duas forças, o que pode ser explicado, no caso do PSDB, pelos históricos nomes oriundos do antigo MDB no estado, como Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro e Mário Covas, e, no caso do PT, pela força sindical e trabalhista no estado.⁶ O estado sempre foi um polo da polarização entre os dois partidos, o que fica evidenciado também nas disputas a governador desde 1994, com a expressiva força eleitoral das duas legendas, repetindo o que ocorria em nível nacional (BRAGA; COSTA; FERNANDES, 2018). São Paulo tinha ainda o dobro de deputados no PT do que o Rio Grande do Sul (7), segundo estado mais bem representado pelos petistas. Já no PSDB, o Ceará ocupou o segundo lugar em termos de representação (11), bem perto de São Paulo (15), o que pode ser creditado à força das famílias Gomes e Jereissati, que controlavam esse estado do Nordeste.

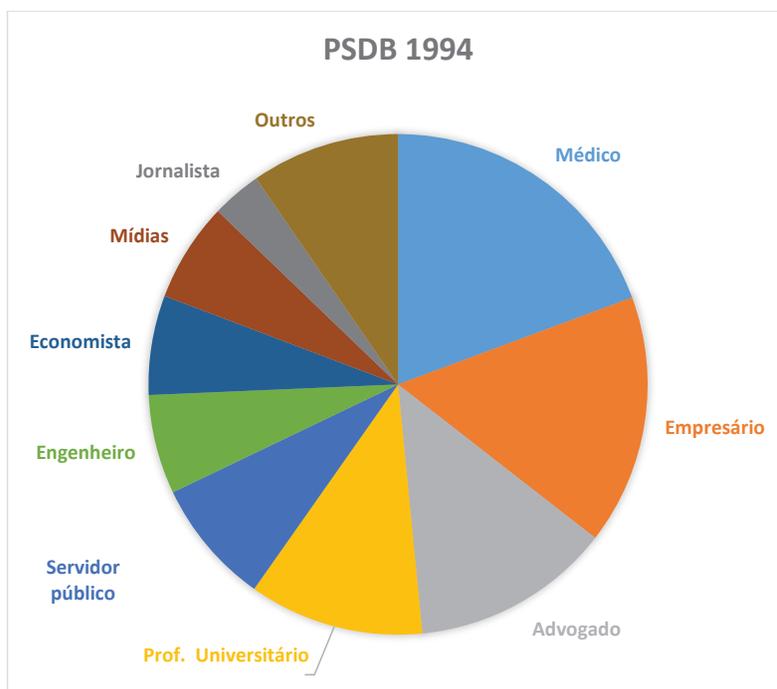
Em 2002, ano da eleição de Lula, o que chamou a atenção foi o salto de estrelas, com 23 estados representados ante 20 do PSDB. Ao contrário deste, o PT cresceu em todas as regiões do país, especialmente no Sudeste, visto que saltou de 24 deputados petistas, em 1994, para 37, em 2002 – única região em que o PSDB perdeu parlamentares, de 31 (1994) para 26 (2002). Um bom exemplo desse *boom* petista foi o Norte, que quintuplicou o número de deputados – de dois para dez. São Paulo continuou a ser o estado mais bem representado pelos dois partidos – no caso do PSDB, 11 parlamentares eleitos, e do PT, 18.

Considerando que as preferências eleitorais expressam valores e ideias, o que se pode concluir é que os dois partidos, nesses sufrágios, estão conectados com as regiões mais desenvolvidas do país, mais educadas, mais ricas e densamente mais povoadas.

6 Vale lembrar que o PT já tinha eleito uma prefeita na capital do estado em 1988 – Luiza Erundina, o que mostra a força do partido na região.

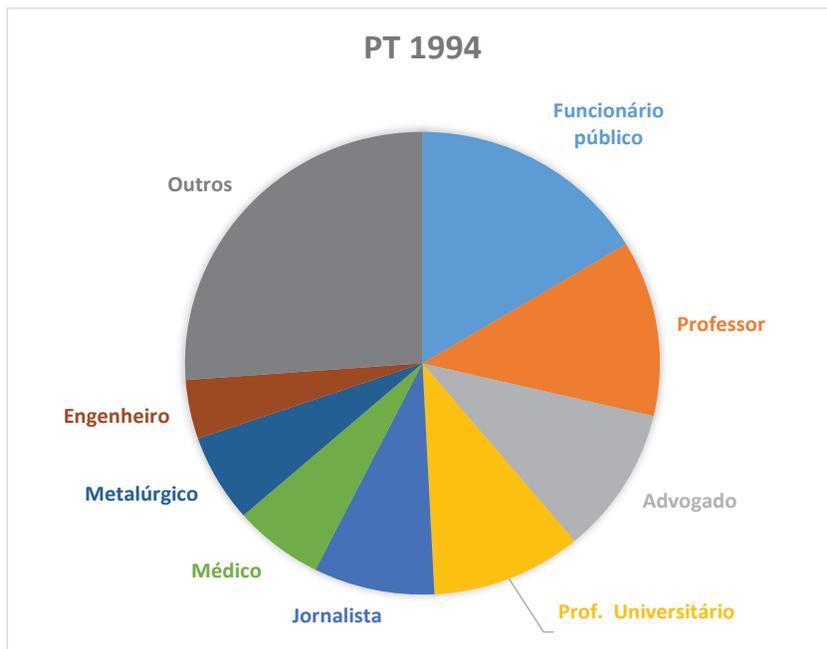
Do ponto de vista socioeconômico, podemos indagar se há similaridade na comparação entre as principais ocupações de peessedebistas e petistas em 1994 e 2002. Para melhores efeitos de cálculo, decidimos apontar apenas uma ocupação por deputado, mesmo sabendo que a maior parte do grupo passou por várias durante a vida. No entanto, escolhemos aquela que consideramos a mais importante a partir dos seguintes critérios, sendo o primeiro o mais importante: (1) ocupação que facilitaria a entrada do político na vida pública; (2) tempo de carreira; (3) ligação com o curso realizado na universidade, caso o tenha feito e (4) ocupação declarada no perfil elaborado pelo próprio deputado em seu repertório biográfico, no site da Câmara.

Gráfico IA – Ocupação de peessedebistas eleitos para a Câmara dos Deputados em 1994



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico IB – Ocupação de petistas eleitos para a Câmara dos Deputados em 1994



Fonte: Elaborado pelos autores

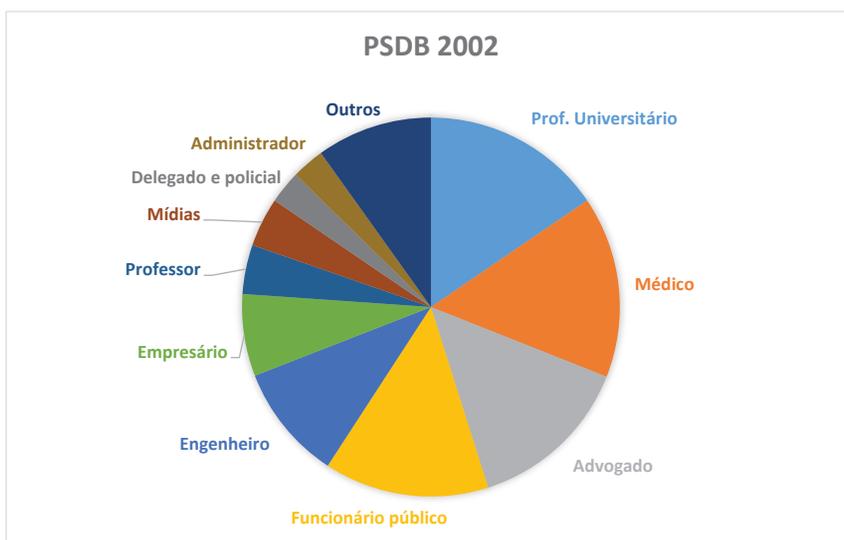
Os gráficos apresentados são reveladores de que os parlamentares eleitos pelos dois partidos vêm de extrações socioeconômicas diferentes. No caso do PT, a categoria “outros” é a que recebe maior número em 1994 (13), seguida por funcionários públicos (oito) e professores de ensino médio e fundamental (seis). Colocamos no item “outros” as profissões que tiveram apenas um deputado, o que significa que, para além das oito ocupações representadas no gráfico do PT de 1994, existiram outras 13.

No caso do PSDB, como parte da literatura já constatará (RODRIGUES, 2002; ROMA, 2002; VIEIRA, 2012), o número de médicos (12) e empresários (dez), em 1994, é alto se comparado às outras ocupações. Além das profissões representadas no gráfico, há outras seis inclusas na categoria “outros”.

Analisando o perfil sócio-ocupacional de seis legendas na legislatura iniciada em 1999, Rodrigues confirma sua hipótese de que partidos considerados de direita tendiam a receber maior número de empresários e pessoas de renda mais alta, enquanto partidos de esquerda seriam preenchidos, em sua maioria, por classes médias e trabalhadoras, e os de centro, por “estratos sociais intermediários” (RODRIGUES, 2002, p. 33). Sem entrar no mérito de como definir partidos de esquerda e de direita, vemos, a partir dos nossos dados, que há uma ligação dos estratos mais baixos com o PT e de intermediários e altos com o PSDB. No entanto, considerando a grande presença de funcionários públicos entre os eleitos pelo PT, o vínculo classista deixa de ter muito rigor em termos de renda.

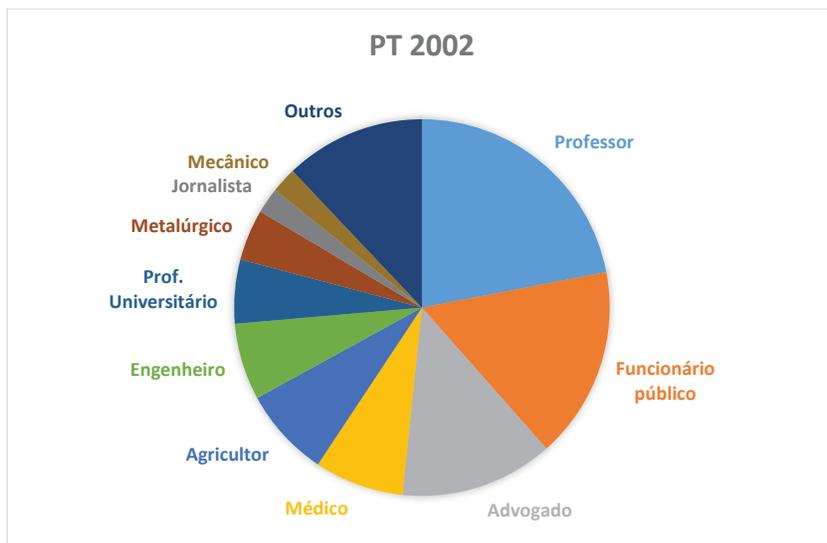
Para o ano de 2002, houve importantes mudanças nesse perfil para os dois partidos:

Gráfico 2A – Ocupação de peessedebistas eleitos para a Câmara dos Deputados em 2002



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 2B – Ocupação de petistas eleitos para a Câmara dos Deputados em 2002



Fonte: Elaborado pelos autores

Em 2002, vemos uma variedade de ocupações maior nos dois partidos, tornando-os mais convergentes. No PSDB, apesar de “médicos” ainda representarem a categoria com maior número de deputados (11), o número de professores universitários se iguala ao do PT. Já o de empresários cai bastante, chegando à metade do que era em 1994 (cinco). O número de advogados (dez) e de funcionários públicos (dez) também é significativo. Rodrigues lembra que as profissões intelectuais, como advogado, sempre foram mais presentes no PSDB do que as de empresários (RODRIGUES, 2002). Além das dez categorias representadas, ainda existiram sete outras. Chama atenção que em 2002 os dois partidos tenham ficado mais parecidos no quesito ocupacional: em ambos, quatro ocupações representam cerca de 60% dos parlamentares eleitos: advogados, funcionários públicos, médicos e professores.

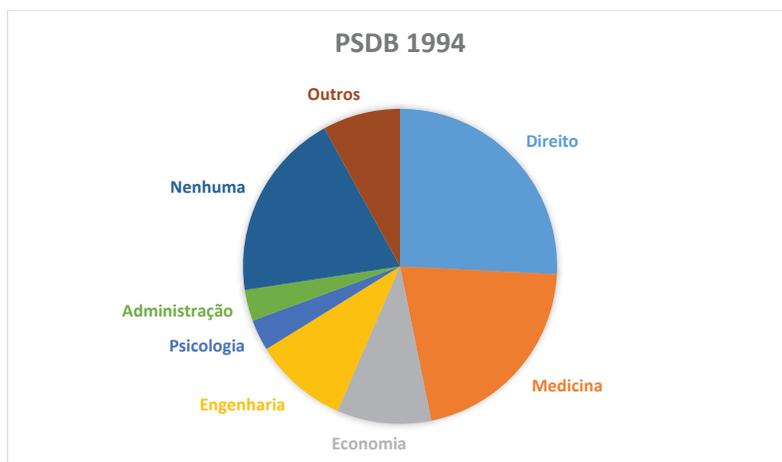
No caso do PT, a categoria que mais se destaca em 2002 é a dos professores de nível fundamental e médio. Havia nada menos que 20 desses

professores, representando 22% das ocupações da bancada. Logo em seguida, aparecem os funcionários públicos (15) e advogados (12). Esta última ocupação já mostra uma pequena mudança no perfil do PT. No entanto, vemos também quatro metalúrgicos e dois mecânicos – inexistentes no PSDB em 1994 e em 2002 – acrescentadas de outras 11 profissões inclusas como “outros”. De toda forma, no que se refere à ocupação, os dois partidos vão ficando mais parecidos.

Tal variedade ocupacional acompanhada de uma diminuição de profissões mais bem remuneradas nos dois partidos é tida por autores como Rodrigues (2014) como um sinal de “popularização” da Câmara de Deputados, que tem se notabilizado por deputados recrutados de camadas médias e baixas da sociedade, o que aconteceria em decorrência da maior democratização da vida política brasileira.

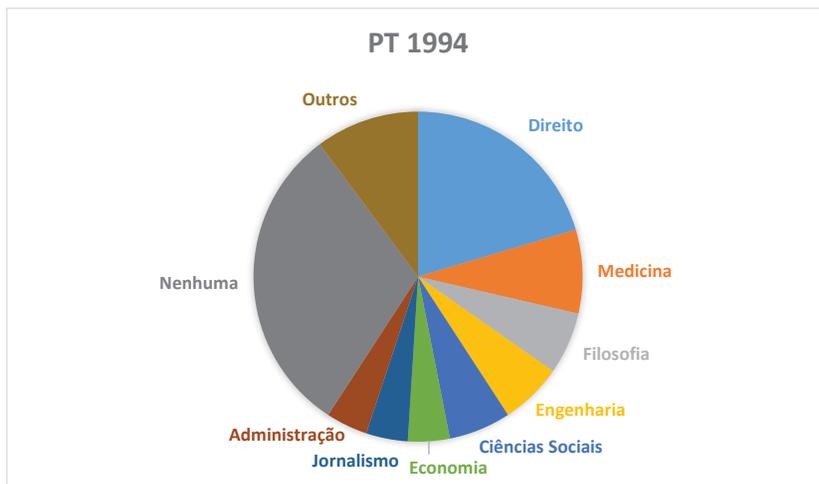
Podemos colaborar com esse debate ao olhar também para a formação acadêmica dos parlamentares. Mais uma vez, escolhemos apenas um curso por eleito, mesmo que este tenha feito outros, o que foi decidido a partir dos seguintes critérios, sendo o primeiro o mais importante: 1) curso concluído ajudou o parlamentar a entrar para a vida política e; 2) curso que teria ligação com a profissão exercida pelo deputado. A seguir, traçamos um perfil para os dois partidos no ano de 1994:

Gráfico 3A – Cursos concluídos na graduação pelos deputados federais eleitos pelo PSDB em 1994



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 3B – Cursos concluídos na graduação pelos deputados federais eleitos pelo PT em 1994*



Fonte: Elaborado pelos autores

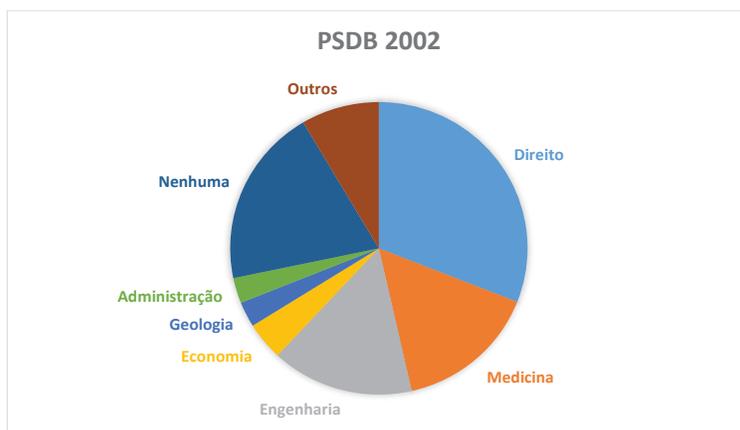
No tocante à formação acadêmica dos deputados, vemos uma variedade menor do que no caso das profissões. Um curso bastante tradicional se destaca nos dois grupos: Direito, com 16 parlamentares do PSDB, e dez do PT. O único curso que aparece no quadro do PSDB e não se destaca no PT é Psicologia. A grande diferença entre os gráficos diz respeito à categoria “nenhuma”, indicando que cerca de 30% dos petistas não concluíram ou nem mesmo começaram curso superior, ante 20% do PSDB, diferença que não chega a ser expressiva.

Entre os peessedebistas, vemos a presença de outros cursos tradicionais, dentre os quais a Medicina, com 13 parlamentares, além de Economia (seis) e Engenharia (seis). Há cinco outros cursos não representados no gráfico, uma vez que somente tiveram a presença de um deputado peessedebista em cada um deles.

No caso do PT, a variedade de cursos é um pouco maior, incluindo os cinco “outros” não representados. Excluindo Direito, poucos cursos se destacaram, uma vez que o segundo mais frequentado conta com apenas quatro petistas: o de Medicina.

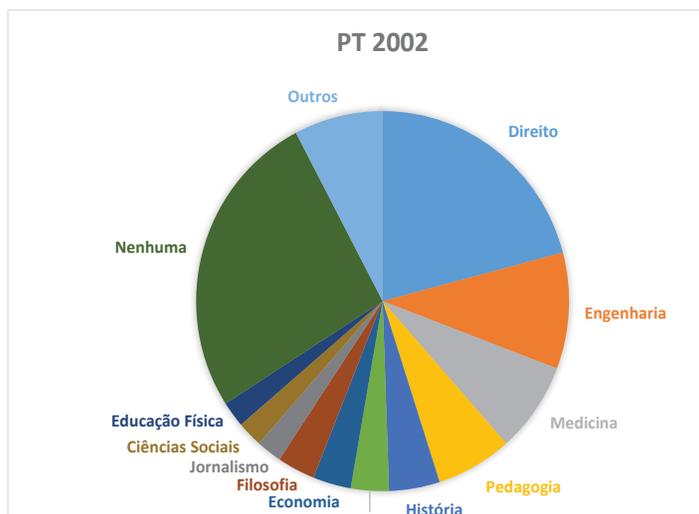
Para melhores efeitos comparativos, faz-se mister olhar para a mesma variável em 2002, cujos dados são apresentados a seguir.

Gráfico 4A – Cursos concluídos na graduação pelos deputados federais eleitos pelo PSDB em 2002



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 4B – Cursos concluídos na graduação pelos deputados federais eleitos pelo PT em 2002



Fonte: Elaborado pelos autores

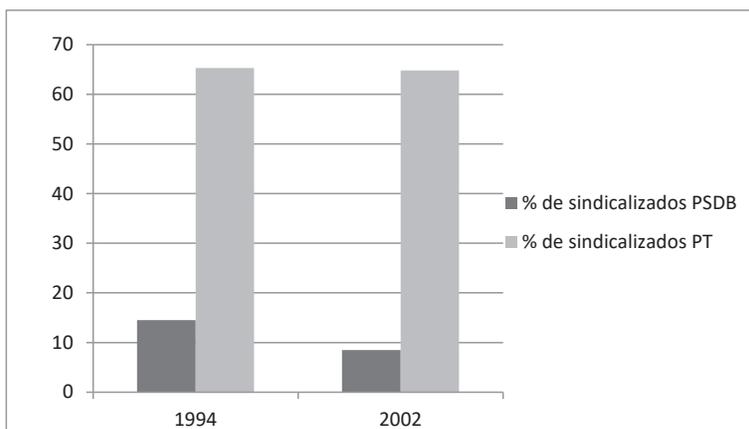
O primeiro aspecto que destacamos ao olhar comparativamente esses gráficos diz respeito aos cursos que lideram as amostragens. Em ambos os casos, Direito, Medicina e Engenharia, extremamente tradicionais, ocupam os primeiros lugares para os dois partidos, embora em diferentes ordens. No caso do Direito, primeiro lugar tanto para o PT quanto PSDB, os dois partidos viram aumentar o número de parlamentares que o cursaram. No PSDB, enquanto em 1994 havia 16 bacharéis, oito anos depois eram 22, contabilizando 30% de toda a bancada. No caso do PT, o número quase dobrou, pois eram dez os que tinham cursado Direito em 1994, e 19 em 2002, ou seja, 21% da bancada.

No PSDB, em 2002, o número de parlamentares sem formação acadêmica (14) continuou praticamente igual ao de 1994 (12). Além dos cursos representados no gráfico, há outros seis contabilizados na categoria “outros”. Já no PT, a variedade é bem maior do que a apresentada pelo partido oito anos antes. Foram nada menos que 25 cursos – sete deles inclusos como “outros”. Apesar de três cursos tradicionais aparecerem na frente, Pedagogia surge em quarto lugar com seis parlamentares petistas, certamente devido ao histórico vínculo do partido com professores e sindicatos. Há de se destacar também os cursos de História, Letras, Filosofia e Ciências Sociais, o que corrobora a tese de Rodrigues (2002) de maior apelo da esquerda aos cursos de humanas. Apesar de mais de um quarto da bancada não ter formação acadêmica, em termos proporcionais o número é menor que em 1994, quando 30% dos petistas não tinham começado ou concluído um curso.

O passado sindical dos parlamentares é outra questão que merece nossa atenção, uma vez que, como vimos, é algo que divide a literatura política, especialmente a do PT. Nosso intuito não será o de diferenciar as entidades sindicais, mas apenas delinear os parlamentares que tiveram ou não algum histórico de militância no sindicalismo brasileiro.

No gráfico a seguir, apresentamos percentuais comparativos dos dois partidos nos anos estudados e, depois, desagregamos os dados para aferir o número de ex-diretores sindicais, no caso do PT.

Gráfico 5 – Percentual de sindicalizados entre os eleitos para a Câmara dos Deputados por PSDB e PT, 1994 e 2002



Fonte: Elaborado pelos autores

Como podemos ver, o número de petistas que tiveram algum passado sindical é muito maior do que o de peessedebistas. Estes foram de nove, em 1994, para seis, em 2002 – longe dos 32 e 59 petistas eleitos em 1994 e 2002, respectivamente. Apesar disso, vemos que, percentualmente, o número caiu para os dois partidos, de forma muito mais acentuada para o PSDB. No caso do PT, apesar da subida em números absolutos, a quase imperceptível queda da porcentagem sobre sindicalizados se explica pelo aumento no tamanho total da bancada.

Pelo fato de o número de peessedebistas que fizeram parte do movimento sindical ser baixo, decidimos desagregar os dados para ex-diretores sindicais apenas para o PT, relativo aos dois anos. O que percebemos é que o número de sindicalizados que também foram, em algum momento, diretores sindicais, é alto, especialmente em 2002, quando atinge quase 85%. Nossa hipótese é de que ter um alto grau hierárquico em um sindicato foi um fator *sine qua non* para a escalada do petista na vida política, uma vez que ficava em evidência perante a mídia e a categoria representada. Os parlamentares petistas, em pesquisa realizada por Francisco Carvalho, admitiram que “ter uma base política e social” foi extremamente importante para a sua eleição (CARVALHO, 2006, p. 88), remetendo à sua força perante

movimentos populares, trabalhistas e sindicais. Rodrigues (2014, p. 102) corrobora a ideia, afirmando que, no caso dos sindicalistas, “o PT foi, de longe, a principal porta de entrada para a atividade parlamentar”.

Este é até aqui o principal ponto de diferenciação entre os eleitos dos dois partidos: o compromisso sindical do PT, o acionamento da estrutura sindical oficial e seus reflexos eleitorais.⁷

Tabela 3 – Deputados federais eleitos pelo PT em 1994 e 2002 que ocuparam cargos de direção em sindicatos

	Diretores sindicais		
	SIM (%)	NÃO (%)	TOTAL (%)
PT 1994	68,8	31,2	100,0
PT 2002	84,7	15,2	100,0

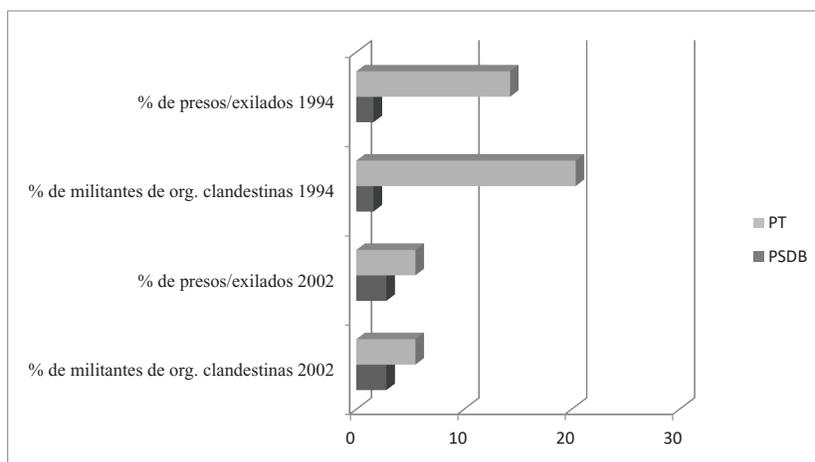
Fonte: Elaborada pelos autores

Os passos seguintes se detêm na experiência política dos parlamentares em foco, começando por uma variável pouco considerada: a participação política na resistência à ditadura (1964-1985). Grandes nomes do PSDB, como José Serra e Aloysio Nunes Ferreira, participaram daquele processo, assim como luminas do PT, a exemplo de José Dirceu e José Genoíno.

O Gráfico 6 revela números mais expressivos para os petistas que foram remanescentes da oposição, armada ou não, à ditadura.

⁷ Sobre o compromisso social do PT, ver também: D'Araujo, 2009, 2011.

Gráfico 6 – Deputados federais eleitos por PT e PSDB em 1994 e 2002 que participaram da resistência à ditadura militar



Fonte: Elaborado pelos autores

Há uma diferença nítida entre os dados de 1994 e 2002, pois a ditadura militar terminou em 1985, muito mais perto cronologicamente da primeira eleição analisada. No PSDB, em 1994, havia apenas um deputado que havia sido preso por ter militado em organização clandestina – Osmânio Pereira, de Minas Gerais. Oito anos depois, além de Osmânio Pereira, reeleito, Aloysio Nunes Ferreira, de São Paulo, um ex-guerrilheiro dos anos 1970, também se elegeu. Na bancada do PT em 1994, foram dez ex-militantes de organizações clandestinas, e sete os que foram presos e/ou exilados. Em 2002, o número caiu bastante, representando apenas 5,5% de todo o grupo petista. Assim, vemos que, no geral, os números indicam uma maior entrada de ex-participantes dos movimentos de resistência no PT, o que se coaduna com a ideia de que uma proposta de esquerda era a mais adequada para suceder ao governo ditatorial.

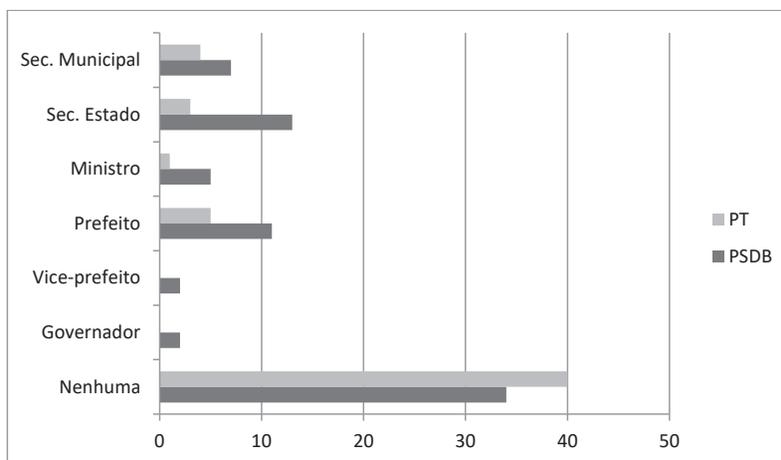
Como a literatura é praticamente consensual ao afirmar que o PSDB é um partido que já nasceu com grande experiência político-partidária, vamos, a seguir, mostrar os dados das experiências anteriores dos parlamentares dos partidos na política formal, começando pelo Poder Executivo.

Tabela 4 – Experiência de deputados federais eleitos por PSDB e PT no Executivo, nos três níveis da federação, 1994 e 2002 (%)

PSDB				PT			
1994		2002		1994		2002	
SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
45,2	54,8	59,2	40,8	18,4	81,6	24,2	75,8

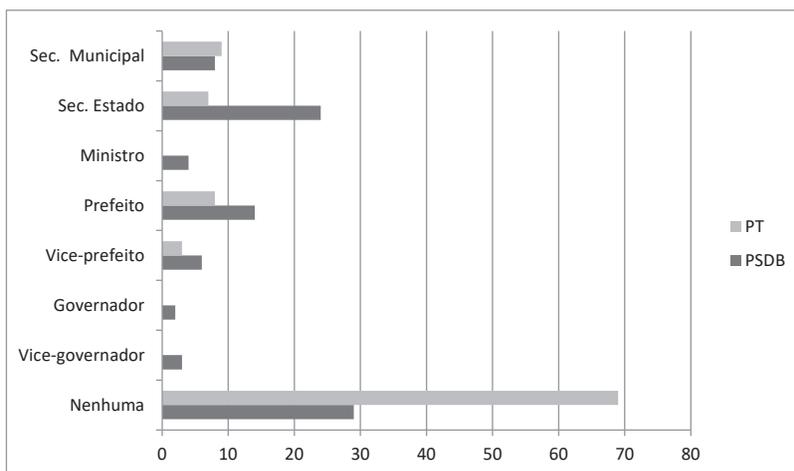
Fonte: Elaborada pelos autores

Gráfico 7A – Cargos exercidos no Executivo por peessedebistas e petistas antes de serem eleitos em 1994 (N)



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 7B – Cargos exercidos no Executivo, nos três níveis da federação, por peessedebistas e petistas antes de serem eleitos em 2002 (N)



Fonte: Elaborado pelos autores

A partir da Tabela 4, fica evidente a maior experiência no Executivo dos parlamentares peessedebistas em comparação com os do PT. Enquanto o PSDB atinge cerca de 60% de deputados com alguma passagem no Executivo antes de 2002, o PT não atinge 25%. Outra constatação é a de que quando o PSDB assume o Executivo, em 1994, havia cerca de 45% de deputados com alguma experiência no Executivo, bem maior do que quando o PT assumiu o poder em 2002 (24,2%).

Ao destrinchar os dados sobre os cargos anteriores dos deputados federais, os únicos que não foram preenchidos por peessedebistas e petistas foram os de presidente e vice-presidente, ausentes nos dois gráficos. O cargo de vice-governador apenas está presente no segundo gráfico. É importante frisar que usamos números absolutos para destacar todos os cargos que foram exercidos em alguns momentos por esses parlamentares, lembrando que muitos deles exerceram mais de um cargo no Executivo antes de se tornarem deputados federais.

O número de parlamentares petistas (40) sem experiência no Executivo ao assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados em 1994 é tão alto

que praticamente impede qualquer tentativa de análise dos poucos cargos ocupados por petistas no Executivo até então. O que podemos destacar é a presença de cinco ex-prefeitos e do experiente Hélio Bicudo, que chegou a ser ministro interino da Fazenda ainda no governo João Goulart.

No caso do PSDB, o que se destaca ainda é o número de ex-secretários de governos estaduais (13), seguido de ex-prefeitos (11). Também vemos a presença de dois ex-governadores: Roberto Figueira Santos, da Bahia, que também foi ministro da Saúde no governo Sarney, e Franco Montoro, ex-governador do maior estado do país, e ministro do Trabalho no gabinete parlamentarista de Tancredo Neves.

Em 2002, o PSDB continuou com experiência parecida entre seus parlamentares, destacando, mais uma vez, o número de ex-secretários de estado (24), muitos dos quais trabalharam em governos comandados pelo PSDB a partir de 1994. No caso do PT, além do alto número de parlamentares eleitos sem experiência no Executivo (69), destacamos também o número de ex-secretários municipais (nove), muitos dos quais atuantes em prefeituras comandadas pelo PT na década de 1990.

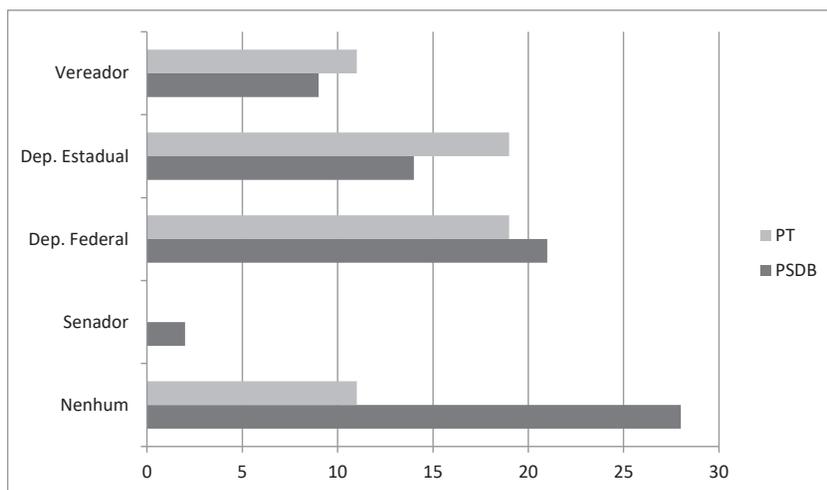
A seguir, continuamos a explorar as experiências anteriores dos parlamentares eleitos pelas duas legendas em 1994 e em 2002. Agora, no entanto, veremos as passagens desses políticos por cargos no Legislativo antes de assumirem suas cadeiras nos anos estudados.

Tabela 5 – Experiência de deputados federais eleitos por PSDB e PT no Legislativo, nos três níveis da federação, 1994 e 2002 (%)

PSDB				PT			
1994		2002		1994		2002	
SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
54,8	45,2	87,3	12,7	77,6	22,4	79,1	20,9

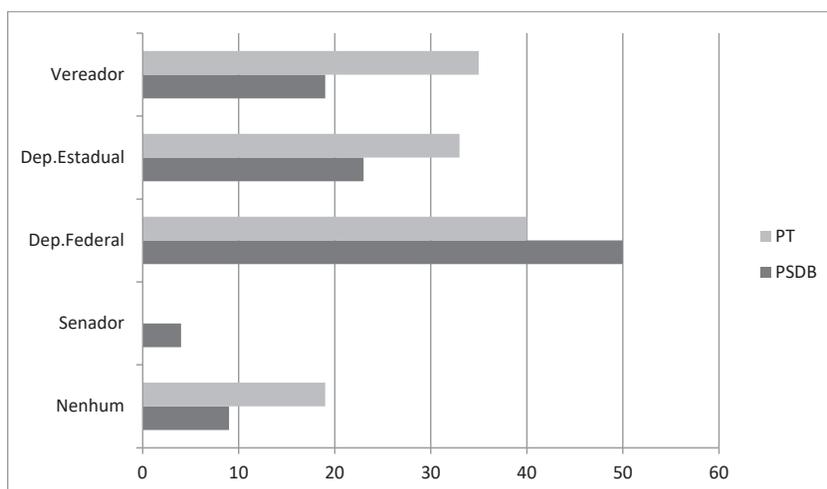
Fonte: Elaborada pelos autores

Gráfico 8A – Cargos exercidos no Legislativo, nos três níveis da federação, por peessedebistas e petistas antes de serem eleitos em 1994 (N)



Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 8B – Cargos exercidos no Legislativo, nos três níveis da federação, por peessedebistas e petistas antes de serem eleitos em 2002 (N)



Fonte: Elaborado pelos autores

Na Tabela 5, encontramos uma surpresa ainda pouco notada pela literatura: apesar de ter nascido dentro do Parlamento na década de 1980, o maior número de deputados inexperientes no Legislativo, em 1994, está no PSDB, se comparado ao PT. Este vinha com quase 80% de seus parlamentares com alguma experiência no Legislativo, o que contradiz a tese tão comum de que se tratava de um partido com pouca experiência na política formal. No PSDB, por oposição, 55% dos parlamentares não havia exercido qualquer cargo legislativo.

Com experiência em governos estaduais e na Presidência, depois de oito anos, quase 90% dos parlamentares peessedebistas já tinham alguma experiência parlamentar quando eleitos em 2002. No PT, cerca de 80% dos deputados federais, nesse ano, também eram experientes no Legislativo. Ou seja, aqui também os dois partidos ficam mais iguais, ou seja, mais profissionalizados. O que se destaca para o PT, no entanto, é o alto número de ex-vereadores, mais de 1/3 da bancada eleita, o que pode ser explicado pela estratégia do partido na “escolha de candidatos regionais e lideranças expressivas” (CARVALHO, 2006, p. 84).

Esses números contrastam com parte da literatura que credita ao PSDB maior experiência no Legislativo. O que vemos, pelos dados, é que, apesar de esta tese se confirmar em relação ao Executivo, os parlamentares petistas, já em 1994, tinham grande experiência em cargos no Legislativo o que pode ter sido decisivo para sua forte e aguerrida oposição ao governo Fernando Henrique, assim como teria sido fundamental na sustentação política dos mandatos de Lula da Silva.

Considerações finais

Na comparação das trajetórias políticas dos deputados federais eleitos por PSDB e PT em 1994 e 2002, anos em que cada um dos dois partidos chegou à Presidência da República, a principal contribuição foi desconstruir o mito de que o PT entrou em sua primeira disputa presidencial com o PSDB (1994) trazendo em seu arcabouço menos experiência política. Isso não se aplica ao campo legislativo. Ademais, durante o trabalho, procuramos acrescentar às discussões correntes dados que ajudam a comprovar ou retificar determinadas hipóteses difundidas pela literatura especializada.

Entre elas, o fato de que, do ponto de vista da composição parlamentar, os dois partidos foram ficando mais parecidos.

Uma grande diferença entre as duas agremiações, nos dois momentos enfocados, reside na questão regional, principalmente para os petistas, que expandiram seus redutos eleitorais, dispersando-se em todo o Brasil. De fato, ambas as legendas passaram a disputar o mesmo espaço eleitoral. As duas também se tornaram mais convergentes quanto à sua composição social, política e econômica em 2002, dada a maior capacidade do PT para aumentar seu alcance eleitoral, a partir do seu processo de “normalização” dos anos 1990 (HUNTER, 2008). O PSDB popularizou-se e o PT, embora continuasse menos educado formalmente, elevou seus indicadores educacionais. Em termos ocupacionais, também se nota um aspecto importante em comum: ambos os partidos ficam mais diversificados, deixando de lado setores e profissões mais convencionais, com exceção do Direito, tornando-se mais plurais, com destaque para o PT.

A maior contribuição empírica desse trabalho diz respeito à experiência legislativa anterior: no caso do PT, em 1994, quase 80% de seus membros já tinham alguma passagem pelo Poder Legislativo, em um dos três níveis da federação, enquanto o PSDB não atingiu 55% (ver Tabela 5). Isso mostra que, embora tivessem origens diferentes, houve uma entrada maciça de petistas em câmaras municipais, estaduais e a federal nos anos 1980, o que lhes rendeu *expertise* parlamentar que os gabaritou para fazer oposição sistêmica ao governo FHC. É fato que, em 2002, a taxa de experiência no Legislativo ficou maior para o PSDB (87,2%), superando o PT, visto que este ficou com 79,1%. O PSDB avançou nesse quesito depois de oito anos como partido governista (1995-2002).

Outros achados são relevantes para marcar as poucas diferenças que se delinearão entre os dois partidos. Um diz respeito à questão de gênero. As mulheres têm espaço maior no PT do que no PSDB. Outro importante remete ao vínculo sindical. A estrutura oficial dos sindicatos no Brasil e suas diretorias são plataforma crucial para injetar recursos e quadros no PT. Notamos também que em seus anos iniciais, o PT reuniu mais ativistas que combateram a ditadura, em coerência com as utopias desses militantes de construir um governo de esquerda e de trabalhadores como sucedâneo da

ditadura militar. Outra marca do partido é a presença de servidores públicos, organizados em suas agremiações sindicais. Dessa forma, embora haja um conjunto de fatores que façam os dois partidos ficarem mais parecidos na corrida eleitoral, os vínculos iniciais com sindicatos, centrais sindicais, serviço público e movimentos sociais, ex-militantes da oposição não consentida à ditadura, bem como a alta absorção de profissionais de variadas ocupações dão ao PT recursos de poder distintos dos do PSDB. Todos foram acionados para ampliar seu capital eleitoral.

Essa distinção já é menor em 2002. Neste momento, mudanças significativas já aconteceram também dentro do PSDB que vai se tornando mais popular no que concerne aos seus eleitos. Há, assim, um movimento de convergência quanto à experiência e à composição social dos dois partidos, enquanto a disjuntiva ideológica torna-se mais profunda.

Enfim, observar os perfis dos eleitos pelo PSDB e PT em 1994 e 2002 mostrou-se um recurso fecundo na medida em que, empiricamente, chegou-se a conclusões que relativizam alguns valores e mitos sobre nossa classe política e suas clivagens ideológicas, notadamente no que se refere a capacidades políticas acumuladas no Legislativo.

Referências

BRAGA, M. S. S.; COSTA, V. M. F.; FERNANDES, J. L. M. Dinâmicas de funcionamento e controle do poder nos partidos políticos Os casos do PT e PSDB no Estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Online), v. 33, p. 1-26, 2018.

BRASIL. Congresso Nacional. Seção **Quem são os Deputados**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>. Acesso em: 5 ago. 2018.

CARVALHO, Francisco Cristiano Noronha. **O crescimento da bancada do PT na Câmara dos Deputados entre 1994 e 2002**. Orientador: David V. Fleischer. 2006. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

D'ARAUJO, M. C. **A elite dirigente do governo Lula**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2009.

D'ARAUJO, M. C. PSDB e PT e o Poder Executivo. **Desigualdade & Diversidade**, Dossiê Especial, p. 65-100, 2º sem. 2011.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, pós-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

- DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- HUNTER, W. The Partido dos Trabalhadores: still a party on the left? *In*: KINGSTONE, P.; POWER, Timothy. **Democratic Brazil revisited**, University of Pittsburgh Press, 2008, p.15-32.
- KECK, M. E. **PT - A lógica da diferença**: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- MAYER, R. **Os partidos como organizações**: um estudo comparado do PSDB & PT. Orientadora: Luciana Fernandes Veiga. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- MELO, C. R. The 2014 Elections and the Brazilian Party System. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 93-114, 2015.
- MENEGUELLO, R. **PT - A Formação de Um Partido (1979-1982)**. 1. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1989.
- PANEBIANCO, A. **Political Parties: Organization & Power**. Cambridge (UK): Cambridge University, 2005.
- REIS, F. W. Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros. **Novos Estudos Cebrap**, n. 87, p. 61-75, 2010.
- RODRIGUES, L. M. Partidos, Ideologia e Composição Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, p. 31-47, 2002.
- RODRIGUES, L. M. A composição social das lideranças do PT. *In*: **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 1-26.
- RODRIGUES, L. M. **Pobres e ricos na luta pelo poder, novas elites na política brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.
- ROMA, C. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 71-92, jun. 2002.
- ROMA, C. Organizaciones de partido en Brasil: el PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. **América Latina Hoy**, v. 44, p. 153-184, 2006.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Consulta de Resultados Eleitorais**. 2002. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002> Acesso em: 5 ago. 2018.
- VIEIRA, S. M. **O Partido da Social Democracia Brasileira**: Trajetória e Ideologia. Orientador: Fabiano Guilherme Mendes Santos? 2012. 186 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Rio de Janeiro, 2012.

Parliamentary experience and trajectories of congressmen elected by PSDB and PT in 1994 and 2002: breaking myths

Abstract

The group of congressmen who are elected by PSDB and PT in 1994 and 2002 are analyzed from the social, politic and economic criteria. The study confirms the usual theses according to which PT's congressmen were more connected to trade union movements, less educated and had more varied occupations. In contrast, this paper reveals that most of PT's congressmen had more experience in the Chamber of Deputies, contradicting the conception of being outsider. By comparing the two groups of congressmen in elections that they got the Presidency for the first time, and supposing that experience makes difference, we defend the hypothesis that the know-how of PT's congressmen was important to his role as opposition to Fernando Henrique, in 1994, as well to support Lula da Silva in 2003.

Keywords: Workers's Party. Brazilian Social Democratic Party. Parliamentary experience. Social composition of the parties.

Recebido em 24/08/2018
Aprovado em 26/08/2019